

resenha bibliográfica*

book review

Mário Danieli Neto**

Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, Minas Gerais, Brasil

SANTOS, Nilton Pereira dos. *A Fábrica de Ferro S. João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

O livro de Nilton Pereira dos Santos é fruto de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O autor trata de um tema que vem sendo objeto de estudo em anos recentes, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Sorocaba (SP). De início, a grande contribuição da pesquisa feita por Santos é uma abordagem histórica e historiográfica nova em relação ao referido estabelecimento fabril. Utilizando fontes já conhecidas e outras inéditas até a publicação desse livro, Santos posiciona o empreendimento de Ipanema dentro do escopo de projetos políticos do Estado imperial brasileiro, discussão que revela a originalidade da abordagem do livro em questão.

Uma análise prévia da trajetória histórica da fábrica é feita no primeiro capítulo, desde as origens do empreendimento em 1810 até sua

* Submetido: 8 de outubro de 2014; aceito: 30 de abril de 2015.

** Professor adjunto 3 de História do Brasil, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). *E-mail*: mariodanieli@uol.com.br

decadência em 1860. Nesses 50 anos, o autor analisa com detalhes as diferentes administrações que estiveram à frente da companhia, confrontando relatos da época, como, por exemplo, as obras de Eschwege e Vergueiro, mas buscando sempre confrontar estes com documentos que comprovem ou apontem novas direções para a história da fábrica. Nesse capítulo, merece destaque uma abordagem pioneira do período pós-Independência e que se estende até 1842, ou seja, todo o período do Primeiro Reinado e das regências. A relevância dessa análise está na inexistência, até então, de uma história da fábrica referente a esse período. Com base em documentos inéditos, entre os quais relatórios da companhia e do Ministério da Guerra, Santos recompõe a história de uma época praticamente esquecida do empreendimento. Aliás, esse é um período importante para a fábrica, pois é desse momento em diante que o governo do Império passa a dar maior atenção ao empreendimento, contratando novos técnicos e comprando equipamentos na Europa. No entanto, a trajetória errática da fábrica no tocante à produção e venda de seus artigos leva a um período de decadência e desorganização. Por volta de 1860, o empreendimento é praticamente abandonado e os equipamentos e a mão de obra (escravos) acabam se dispersando entre proprietários de terras locais. Algum maquinário e alguns escravos são enviados para Mato Grosso, onde o governo pretendia instalar outras manufaturas de ferro e pólvora. A estrutura física também sofre com o abandono, pois alguns edifícios encontravam-se nesse período em condições bastante deterioradas.

Nesse sentido, o capítulo 2 trata das tentativas de restauração da companhia, empreendidas basicamente por ordem do Império. São realizados vários estudos de viabilidade executados por renomados técnicos em metalurgia do século XIX, com objetivo de retomar o empreendimento. Tais esforços, segundo Santos, demonstram o interesse do governo em levantar novamente o empreendimento, considerado estratégico para o país tanto do ponto de vista do desenvolvimento técnico e econômico, como também sob a ótica militar. Santos analisa o impacto da Guerra do Paraguai para a produção de Ipanema e, curiosamente, constata que o conflito não deu novo impulso à fábrica, pelo contrário, foi justamente durante o conflito que a empresa se encontrava em decadência, e suas atividades só foram retomadas com o estado beligerante já em andamento, ainda assim de forma muito precária. O

que poderia ser um grande impulso para o empreendimento, na realidade, correspondeu a um revés, pois durante a guerra o governo imperial preferiu importar equipamentos e material bélico de fornecedores europeus, mesmo porque, de acordo com Santos, não seria possível manter o esforço de guerra contando somente com fornecedores locais e, no estado deplorável em que a fábrica estava, não era viável contar com sua produção durante o conflito.

Não obstante tais problemas, o governo continuou a apoiar a reconstrução de Ipanema e tomou para si a responsabilidade quanto aos repasses financeiros para fazer funcionar novamente o empreendimento. Houve, durante esse período de decadência, tentativas de arrendar a fábrica para particulares, mas, ao que consta, não se apresentaram interessados no negócio, cabendo ao próprio imperador defender a manutenção e o reerguimento dos edifícios da fábrica.

Com apoio financeiro do governo e sob o comando de um diretor de conduta ilibada, a Fábrica Ipanema pôde retomar sua produção durante as décadas de 1870 e 1880. Torná-la uma empresa de “primeira ordem” era o objetivo maior do governo. Para tanto, novos aportes de capital foram fornecidos, assim como também chegaram novos técnicos e equipamentos. Porém, mesmo com esforços constantes, a fábrica parecia não deslanchar como empreendimento financeiramente viável. Os *deficit* em vários anos constantes nos balanços da companhia dão indício de que problemas de outra ordem atravancavam o desenvolvimento da empresa.

Tal análise está definida no capítulo 3 do trabalho de Santos, em que o autor nos mostra com clareza que os principais obstáculos ao avanço de Ipanema não eram exatamente financeiros, mas, sim, diziam respeito a problemas como concorrência, transportes e mercado consumidor. No tocante à concorrência, Ipanema sofria com a entrada de produtos estrangeiros de maior qualidade e menor preço, pois não tinha condições de competir com fornecedores norte-americanos e europeus de ferro e aço. Empresas de capital estrangeiro, como a famosa Lidgerwood, levavam grande vantagem. Santos faz uma interessante análise dos anúncios encontradas em almanaques do século XIX, que mostram a presença de companhias mais bem aparelhadas e com a possibilidade de fornecer produtos importados sob encomenda, coisa que a Ipanema não tinha condições de realizar para seus consumidores. Mesmo no mercado in-

terno, a presença de forjas e pequenas oficinas em Minas Gerais e São Paulo contribuíam para estreitar ainda mais as possibilidades da grandiosa Fábrica Ipanema, pois concorriam em um mercado restrito, atendendo às demandas de produtores agrícolas.

No que tange aos transportes, a companhia sempre encontrou grandes dificuldades, pois, se antes do advento das ferrovias, a produção era basicamente escoada por meio de tropas de mulas (considerando que o produto era deveras pesado), quando as primeiras estradas de ferro passaram a fazer parte do cenário da Província de São Paulo, a situação não pareceu melhorar. A distância dos principais mercados, a saber, São Paulo (capital) e Rio de Janeiro, era um entrave, pois os fretes encareciam o produto da fábrica, que já encontrava grandes dificuldades devido à concorrência externa e interna. Mesmo com a chegada de um ramal férreo que atenderia a companhia, a situação não melhorou muito.

Pretendendo resolver os problemas quanto à demanda pelo produto final, o governo decide, por volta dos anos 1880, que a fábrica passaria a fornecer ferro para os empreendimentos sob o controle do Império, em particular, as estradas de ferro. No entanto, tal medida que a princípio resolveria um dos mais graves problemas da companhia surtiu pouco efeito. Não obstante o incremento da produção, segundo Santos, Ipanema acumulava estoques de ferro, pois as compras do governo eram abaixo do esperado, visto que as estradas de ferro pertencentes ao Império se localizavam a grandes distâncias de Ipanema, o que dificultava e em alguns momentos até inviabilizava o transporte do produto.

O estudo de Nilton Pereira dos Santos revela ainda aspectos de grande interesse para entender a presença de um empreendimento tão problemático, financeiramente falando, nas contas do governo por praticamente um século de história. A estratégia de manter a companhia vinha do entendimento por parte do governo de que a exploração e extração de ferro deveria ser prerrogativa do Estado. Mas esse entendimento estava longe de ser consenso. Analisando os discursos quando dos debates sobre o orçamento governamental, Santos nos fornece rico material para observar que as ideias liberais, especialmente no campo econômico, faziam a cabeça de alguns políticos do Império. Argumentos contrários à maior dotação orçamentária para a fábrica demonstram o entendimento que se tinha no Brasil do final do século XIX: “o Estado é o pior industrial possível”; cabe ao Estado fomentar o desenvolvimento da

agricultura e não da indústria; a Fábrica Ipanema é uma verdadeira “esponja” que absorve os recursos públicos, são exemplos de frases colhidas na documentação pesquisada por Santos, que nos indicam a penetração de conceitos bastante caros ao liberalismo econômico da chamada “escola clássica”, especialmente D. Ricardo e J. B. Say.

Cabe ainda comentar a importante análise que o autor faz a respeito da mão de obra utilizada em Ipanema. Embora não seja o foco do trabalho, Santos nos oferece uma visão muito interessante da questão: ao longo do século XIX, fizeram parte do quadro da companhia técnicos estrangeiros (suíços, alemães, ingleses etc.), mas, em alguns momentos, grande parte do contingente era formado por trabalhadores nacionais. Desse grupo, destacam-se tanto homens e mulheres livres como também escravos e africanos livres, e muitos trabalharam juntos, não sendo este, aparentemente, um problema para a empresa, não obstante haver documentação referente à vigilância, à repressão e às fugas de escravos, assim como também se sabe de conflitos entre a administração da companhia e os africanos livres. No entanto, tais questões não foram a causa dos problemas da empresa ao longo do século XIX, cabendo sim avaliar, como faz Santos, as condições em que o empreendimento atuou dentro de uma sociedade escravista e agrária. Ainda no caso da mão de obra, interessa ressaltar a análise do autor acerca da qualificação dos trabalhadores de Ipanema. A presença de aprendizes e manutenção de uma escola dentro da fábrica mostra a preocupação da administração em levar adiante o empreendimento e formar novas gerações de trabalhadores. As visitas feitas por técnicos da Escola de Minas de Ouro Preto merecem atenção, pois se trata também de um caso pouco estudado pela historiografia brasileira. Santos não realiza um estudo aprofundado sobre esses temas, mas nos abre a possibilidade de continuidade da pesquisa, ao lançar questões novas sobre a fábrica.

Conclui o autor que a trajetória da Fábrica de Ferro São João de Ipanema não deve ser vista como uma dicotomia entre sucesso e fracasso, mas sim analisada no contexto da sociedade e economia do Brasil oitocentista, uma sociedade agrária e fundada no trabalho escravo. Decorre daí também um esforço de entender o período sob o avanço do capital industrial acelerado pela siderurgia e pela indústria pesada, nos países da Europa e nos Estados Unidos, abrindo-se um enorme fosso entre o Brasil e as áreas centrais do capitalismo mundial. Finalmente,

vale destacar que esse trabalho traz uma pesquisa bastante original, rica no uso de fontes inéditas, forte na reinterpretação de antigos documentos e inovadora quanto à abordagem historiográfica. Ressalte-se que o material iconográfico presente ao final do livro foi também produzido pelo próprio autor, que nos alerta para a necessidade urgente de preservação das edificações da antiga fábrica. A reconstrução da importância histórica e historiográfica de Ipanema foi feita com êxito por Santos, mas agora nos cabe lutar por sua manutenção como patrimônio da sociedade brasileira.